

PROJETO TERRA DE SANTO E O BARÁ DO MERCADO DE PELOTAS: UM PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO RIO GRANDE DO SUL

GABRIELA PECANTET SIQUEIRA¹; LOUISE PRADO ALFONSO²

¹Universidade Federal de Pelotas – gabrielapecantet@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – louiseturismo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Os sentidos construídos em relação ao patrimônio e à cultura no Rio Grande do Sul carregam, preponderantemente, referências culturais de origem europeia, sendo, inclusive, o estado conhecido como a Europa brasileira (BERGMANN, 2022). Em contrapartida, as formas de resistência, frente a inúmeros processos de invisibilização, para a conservação de modos de vida de comunidades não-brancas também se fizeram presentes. Estes aspectos têm sido debatidos no cenário de formulações de políticas patrimoniais nos últimos anos, ainda que avançando morosamente. A partir dos anos 2000, as instituições vinculadas à cultura e ao patrimônio no Brasil passaram a rever os paradigmas adotados para determinar o que era considerado patrimônio cultural ou não, mesmo que a Constituição Federal de 1988 já apontasse para uma maior abertura nesse sentido.

O reconhecimento das contribuições das Culturas Matrizes Africanas para o país, é um movimento muito recente, mas pouco a pouco tem possibilitado que um rol de patrimônios culturais começassem a ser também preservados ou salvaguardados. Neste sentido, considerando a importância do Bará do Mercado de Pelotas, o projeto de extensão *Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas*, vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia e ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a pedido do Conselho Municipal dos Povos de Terreiro de Pelotas, então presidido pelo Babalorixá Juliano de Oxum do Ilê Axé Reino de Oxum Epaná e Xapanã Jubetei, elaborou um Dossiê com o objetivo de solicitar o Registro deste enquanto patrimônio cultural de natureza imaterial nos Livros de Lugares e Saberes ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE).

Para a elaboração do Dossiê de solicitação de registro o projeto de extensão *Terra de Santo* desenvolveu ações coletivas como entrevistas, organizou rodas de conversas, como forma de subsidiar pedido de reconhecimento do Bará do Mercado de Pelotas enquanto bem cultural imaterial do Rio Grande do Sul, em conformidade com a Lei estadual nº 13.678/2011 e regulamentações do IPHAE. Além disso, também o grupo levou em conta, para a elaboração do documento, as determinações da Portaria do IPHAN nº 194, de 2016, que estabelece as Diretrizes e Princípios para a preservação e a salvaguarda – identificação, reconhecimento, conservação e fomento – de bens culturais dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, promovendo a visibilidade das demandas e lutas dos povos de terreiro.

2. METODOLOGIA

Para a construção do Dossiê os integrantes do projeto de extensão *Terra de Santo* desenvolveram, de forma coletiva e durante meses, pesquisa a respeito da história e mudanças arquitetônicas do Mercado Público pelotense, estudo sobre

as a importância dos Mercados Públicos para as Culturas/Religiões de Matrizes Africanas, pesquisa documental e de legislações pertinentes, foram realizadas rodas de conversa virtuais com as lideranças para tratar do tema, com intenção de compartilhar ideias, perspectivas e experiências. Estas foram gravadas, com a devidas anuências, e, posteriormente, transcritas e analisadas. Também entramos em contato com vários outros interlocutores e interlocutoras pertencentes a estas Religiões a fim de compreender os valores simbólicos associados aos Mercados Centrais e ao Orixá Bará. Por fim, construímos um acervo audiovisual, reunindo fotos e vídeos das procissões do Bará do Mercado de Pelotas, que são realizados desde 2016 na cidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pessoas escravizadas de origem africana e seus descendentes são as principais responsáveis por preservar as Culturas/Religiões de Matrizes Africanas no sul do Rio Grande do Sul. Pelotas pode ser considerada uma das cidades com maior influência cultural destas. Na época das charqueadas, a cidade foi o centro econômico importante e responsável por concentrar o maior contingente de pessoas escravizadas do estado. Nas palavras do Babalorixá Juliano de Oxum: “Pelotas ancestral nos atravessa, as Charqueadas abarcaram os negros escravizados que trouxeram em sua bagagem a cultura, a ancestralidade, a religiosidade, a musicalidade e principalmente a cultura doceira” (Cidades em Transe de 2022). No século XVIII, as charqueadas foram responsáveis pela estruturação de um regime de produção de base escravista no estado, explorando vários trabalhos especializados, como de carneadores, charqueadores e salgadores (GUTIERREZ, 2006). A produção do charque ganhou escala industrial no final do século XVIII e seu apogeu é alcançado no início do século XIX, impulsionando a expansão econômica e o desenvolvimento de Pelotas. Já o declínio do ciclo do charque teve início no século XIX, resultado de conflitos com países latinos vizinhos, da abolição formal da escravidão e da queda da monarquia (VARGAS, 2014).

Neste processo, a população de Matrizes Africanas também constituiu espaços de resistência cultural, simbólica e política, fundamentais para a manutenção de seus modos de vida, saberes ancestrais e relações com o Sagrado. Tudo aponta que “os primeiros Terreiros foram fundados justamente na região de Rio Grande e Pelotas” (ORO, 2002, p. 349). Hoje, de acordo com a Mãe de Santo Yá Vera Soares de Oyá, há no estado mais de 60 mil Casas religiosas de Matrizes Africanas (QUEIROZ, 2022), sendo que as cidades de Pelotas e de Rio Grande conformam a segunda região com o maior número de Terreiros do Brasil (ALFONSO; FERREIRA, 2020). Observar a cidade de Pelotas pela lente da religiosidade afro-brasileira permite percebermos as inúmeras relações estabelecidas entre as pessoas com as divindades, nas esquinas, com as águas, nos trajetos, tanto dos Orixás como das entidades da umbanda ou linha cruzada. Mas ainda são necessárias a legitimação, valorização e segurança no plano fático. Uma das formas fundamentais para isso trata do reconhecimento dos bens culturais considerados importantes para estas. Em Pelotas, alguns passos já foram dados nesse sentido, com muitos conflitos envolvidos no processo.

Na última intervenção realizada no Mercado Público¹ foi concedido a autorização pela Prefeitura Municipal para o assentamento do Orixá Bará, o que não isentou a ação de ser alvo de inúmeras reações de racismo religioso. A lalorixá Gisa de Oxalá e lalorixá Sandrali de Oxum “idealizaram o assentamento do Bará no Mercado Público de Pelotas com o propósito de gerar prosperidade para a sua reabertura” (CAMPOS, 2022, p. 40). Outro marco importante foi a instalação, em 2021, do adesivo no centro do Mercado, como forma de demarcar o espaço de domínio do Orixá Bará, na encruzilhada central. Além disso, desde 2016 são realizadas as procissões ao Bará na cidade e em 2022 foi reconhecido no Largo do Mercado Central, a *Esquina do Axé e das manifestações populares*, por ser ponto de manifestação dos movimentos sociais, políticos e religiosos.

Assim, o Mercado Público, a partir dos diferentes usos e sentidos atribuídos pelas comunidades de terreiro, pode ser considerado espaço Sagrado pelas Religiões de Matrizes Africanas e associados ao Orixá Bará, geralmente associado à abrir e fechar caminhos, às encruzilhadas e ao Mercado. Nas palavras do Babalorixá Daniel do Bará: “O Pai Bará é a comunicação, Ele é a política, Ele é o diálogo, Ele é as decisões judiciais que nosso povo precisa, que nosso povo luta tanto pelos seus direitos...” (Relato obtido em 4 de dezembro de 2022). O Bará do Mercado de Pelotas é uma referência simbólica de extrema importância para as no Rio Grande do Sul, motivo pelo qual o projeto *Terra de Santo* acolheu o pedido do Conselho Municipal dos Povos de Terreiro de Pelotas, para elaborar um Dossiê de solicitação de Registro deste enquanto patrimônio cultural de natureza imaterial nos Livros de Lugares e Saberes ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE).

A entrega do Dossiê ao IPHAE aconteceu no dia 16 de maio de 2023, na Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Babalorixá Juliano de Oxum, presidente do Conselho citado. No dia 13 de junho, na procissão ao Bará do Mercado de Pelotas, o projeto *Terra de Santo* recebeu uma homenagem do Babalorixá Juliano de Oxum por sua contribuição à valorização ao Povo de Terreiro de Pelotas. No dia 29 do mesmo mês aconteceu uma reunião com representantes do IPHAE e lideranças, em formato virtual, para definir os próximos passos para o reconhecimento do Bará do Mercado de Pelotas, bem como a formulação de proposta de Salvaguarda do Bem Cultural. Com esta articulação o projeto *Terra de Santo* finalizou sua participação no processo, a partir desta etapa o inventário deve ser feito pelo IPHAE, juntamente com as pessoas detentoras de saberes. Sublinhamos a importância do Bará para o povo de Terreiro do extremo sul do estado, enquanto forma de criar, fazer e vivenciar o Mercado Público, sendo este um Lugar privilegiado nos modos de fazer cidade, produzindo e reproduzindo práticas das Religiões/Culturas de Matrizes Africanas.

4. CONCLUSÕES

O projeto de extensão *Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas* alcançou com êxito na articulação do ensino, pesquisa e extensão, ao atender demanda das lideranças, mediar diálogos entre lideranças parceiras do projeto e estudantes universitários/as em diferentes níveis de formação (de graduação a pós graduação) na elaboração do Dossiê de Pedido de Registro do Bará do Mercado de Pelotas como Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do

¹ A intervenção ocorreu com convênio de cooperação entre a Prefeitura de Pelotas e a União, por meio do IPHAN, para a implantação do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Pelotas através do Programa Monumenta.

Sul. O projeto realizou ações extensionistas e conduziu uma pesquisa de forma interdisciplinar sobre o patrimônio cultural, incluindo aspectos históricos, artísticos, arquitetônicos, arqueológicos, sociais e antropológicos, de maneira a contribuir para políticas públicas relacionadas à cultura e patrimônio de Culturas/Religiões de Matrizes Africanas, buscando minimizar a dívida histórica do país e do Rio Grande do Sul com as comunidades negras. O projeto *Terra de Santo*, além de garantir terreno fértil para o conhecimento e desenvolvimento de sensibilidades para discentes (como a observação atenta e a escuta ativa), contribuíram para compreensão da importância do Bará do Mercado de Pelotas enquanto patrimônio imaterial e a solicitação do seu reconhecimento enquanto tal. Acreditamos que o Registro do Bará do Mercado Público Pelotense, enquanto patrimônio cultural de natureza imaterial favorecerá a preservação e concederá maior visibilidade às estas Culturas/Religiões, que sofrem, há séculos, incessantes processos de invisibilização da história oficial, em especial no estado do Rio Grande do Sul.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO, L. P.; FERREIRA, M. R.. Entre terreiros, periferias e trabalho sexual: os desafios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação de antropólogos/as. In: **Anais da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Rio de Janeiro: ABA, v. 1, 2020.

BERGMANN, L. R.. **A “tradição gaúcha” na “Europa brasileira”**: um olhar crítico para a construção da imagem turística do Rio Grande do Sul. 2022. 225 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2022.

CAMPOS, I. S.. Bará, “Senhor dos Caminhos”: tomando novos rumos para as religiões afro-brasileiras na cidade de Pelotas (RS). **Tessituras**, vol. 10, n. 2, 2022.

Cidades em Transe: ancestralidades, envelhecimentos e espaços urbanos. Evento. **Margens: Grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas**. 2022.

GUTIERREZ, E. Sítio charqueador pelotense. In: BOEIRA, N. & GOLIN, T. (coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul** (Vol.2), Passo Fundo: Méritos, 2006.

ORO, A. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente. **Estudos Afro-Asiáticos**. Ano 24, n. 2, 2002.

QUEIROZ, V. Na rua, no meio do redemoinho: das mediações de Exu no espaço público à ação político-ritual em dois contextos afro-religiosos. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, vol. 42, n. 1, 2022

VARGAS, J. M. **Pelas Margens do Atlântico**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.